

CORREIO DE CAMPINAS

POR
RAQUEL VALLI

Câmara Municipal de Campinas



CP contra Vini foi aberta

Conti colhe assinaturas para abertura da CPI do Transporte

A vereadora Mariana Conti (PSol-SP) está recolhendo assinaturas para poder abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de Campinas (SP) a fim de investigar indícios de desvios no processo licitatório do transporte, nas negociações para a extensão dos vínculos contratuais e nas condutas de servidores, corporações e mediadores do certame. Para abertura são necessárias 11 assinaturas dos 33 parlamentares. “Quem defende transparência precisa assinar. O pedido é contra a máfia do transporte, é a favor de Campinas, das pessoas que dependem do ônibus e da necessidade de romper com a lógica de que transporte público é balcão de negócio”, afirma.

Gestor da Emdec

A petição lembra da demissão do diretor financeiro da Emdec (autarquia responsável pelo transporte de Campinas) Ricardo Ferraro Geciauskas, que foi exonerado após a divulgação de imagens que o mostram em atividade suspeita na Smile Transportes, uma das empresas do consórcio Grande Campinas, vencedor da licitação de ônibus do Lote Norte da cidade.

Arquivo Pessoal



Ricardo Ferraro Geciauskas

Comissão Processante

O vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) também foi flagrado em condições suspeitas na mesma viação, e, a pedido de Conti, uma Comissão Processante foi aberta na Câmara para investigá-lo. Os escândalos estão sendo investigados pelo Ministério Público e pela Polícia Civil, que fizeram uma operação conjunta e diligências em 11 endereços para busca e apreensão, incluindo a casa do parlamentar, o gabinete dele e a sede da Smile, em Paulínia (SP).

Conversas paralelas

“Campinas não pode aceitar que a política de transporte público seja decidida em salas fechadas, em conversas paralelas e sob suspeita de interferência empresarial. A cidade tem o direito de saber quem negociou, com quem negociou, a mando de quem e em benefício de quais interesses”, declara a parlamentar.

PINGA-FOGO

Notificação de Vini

A Comissão Processante para investigar o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) tentará notificá-lo novamente na sexta-feira (12). O parlamentar passará por nova avaliação médica na quinta (11), de acordo com informações fornecidas pelo gabinete dele ao colegiado. Vini segue afastado e estaria internado no Instituto Bairral em Itapira (SP).

Comprovação médica

O gabinete foi oficiado pela Comissão Processante para que informe uma data, horário e local para que o vereador seja notificado pessoalmente sobre a abertura da CP, ou, em caso de impossibilidade por questões de saúde, um relatório médico atualizado, comprovando a condição, deverá ser apresentado. Não um atestado, mas um relatório.

Segue o rito

Na hipótese do vereador não apresentar “pleno gozo de faculdades mentais ou outro estado que o impeça de se defender adequadamente, comprovado pelo relatório, a Comissão irá deliberar acerca das providências cabíveis e assegurar a regular tramitação do feito, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa”.

Prazos

O prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos, a comissão só começa a partir da notificação do parlamentar. Além disso, a instrução probatória - quando são coletadas provas - só é iniciada após a análise da defesa do vereador. Na sequência, a comissão tem cinco dias para emitir parecer pelo prosseguimento ou arquivamento do caso. A decisão cabe ao plenário, que a votará.

Quem decide

Caso, a votação decida por prosseguir, a comissão dispõe de 90 dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final. A cassação do mandato exige o voto de dois terços dos 33 vereadores da Casa. No mês passado, em um pronunciamento pelas redes sociais, o vereador alegou inocência.

Malote suspeito

A Câmara abriu a CP no dia 1º para investigar a suspeita de improbidade administrativa do parlamentar. Além de Paulo Haddad, presidente da comissão, a integram os vereadores Otto Alejandro (PL-P), relator, e Dr. Yanko (PP-SP), escolhidos por meio de sorteio.



Posto Shell Andorinhas, na Avenida Norte-Sul, em Campinas

“Dia sem Imposto”: gasolina a R\$ 4,24 o litro

Rede de combustíveis alerta contra tributação excessiva

Raquel Valli

20, no Matão, em Sumaré).

Cinco postos de combustíveis (três de Campinas e um de Sumaré) irão vender um total de 50 mil litros de gasolina a R\$ 4,24 o litro, ou seja, descontando impostos. Normalmente, o litro é vendido na faixa de R\$ 6,49.

“A ideia é promover uma reflexão sobre esta carga tributária excessiva de uma maneira bem prática e que impacte as pessoas positivamente, por isso vamos vender a gasolina sem o valor do imposto, que será bancado por nós, para o cliente”, afirma Juliana Monteiro, diretora da Rede Monteiro.

“No ano passado fizemos isso em um único posto da cidade, em uma ação que repercutiu muito entre os motoristas, então, neste ano, resolvemos ampliar a campanha: serão cinco postos diferentes, em dias alternados, cada um vendendo 10 mil litros de gasolina de qualidade, porém mais barata”, completa.

O “Dia sem Impostos” começou na quarta-feira (10) no Posto Shell Andorinhas (na Avenida Norte-Sul). Nesta quinta-feira (11), a campanha será realizada no Posto Shell Avenida Shopping (na Av. José Bonifácio, 1237) e, na sexta (12), no Posto Ipiranga Flamboyant (Rua Cajamar, 22).

Já no dia 18, será realizado no Posto Garcia (Rodovia Anhanguera, KM 98) e, no dia 19, no posto Trópicos (Avenida Minasa,

Regras

Em todos os postos, a venda se inicia às 9h, e o combustível será vendido ao valor promocional por ordem de chegada até os 10 mil litros se esgotarem.

“Cada cliente poderá comprar no máximo 30 litros, e distribuiremos senhas para facilitar o processo, e dar comodidade aos consumidores que quiserem aproveitar para encher o tanque”, declara Monteiro. A rede está presente na capital paulista e em outras 15 cidades do interior do Estado.

Carga tributária

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o brasileiro trabalha cinco meses ao ano para pagar impostos, ou seja, 150 dias do ano trabalhados apenas para o pagamento das tributações.

Isso porque as taxas devidas aos governos municipal, estadual e federal em 2026 correspondem a 41,10% do rendimento médio do brasileiro.

O estudo indica alta histórica na tributação sobre o rendimento nas últimas décadas. Em 1986 eram necessários 82 dias de dedicação. Já o número atual decorre do peso dos tributos embutidos no consumo de produtos, somados aos descontos diretos nos salários e taxas sobre o patrimônio privado.